

---

## MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA E O PERÍODO HOLANDÊS

Hérick Dayann Morais de Meneses\*<sup>i</sup>

### Introdução

Neste capítulo procuramos entender como as idéias de Maximiano Lopes Machado e de Irineu Ferreira Pinto foram apropriadas e divulgadas pelo saber histórico escolar, principalmente através da historiografia didática produzida na década de 1970, sobre a qual nos deteremos mais adiante.

Apoiando-nos na afirmação de Ângela de Castro Gomes de que existem outros agentes sociais que escrevem sobre história e que não são profissionais e que, por isso, a cultura histórica “extrapola o pequeno mundo dos historiadores” (1996, p.37-38), procuramos situar nossos autores. Partimos do princípio de que, embora não tenham sido historiadores de profissão, no sentido de que não se dedicavam exclusivamente à pesquisa ou ao ensino de História<sup>ii</sup>, Maximiano Lopes Machado, profissional da área do Direito, e Irineu Ferreira Pinto, servidor público do estado da Paraíba, produziram obras que foram e continuam a ser extremamente relevantes na historiografia local em geral, e na produção de materiais didáticos para o ensino de História, em particular.

Nossos estudos indicam que as narrativas de ambos constituíram-se, até recentemente<sup>iii</sup>, como as idéias-força dessa historiografia sobre a história da Paraíba dos períodos colonial e imperial, incluindo o chamado período holandês<sup>iv</sup>. Trata-se de construções que, presentes em diferentes espaços de produção e difusão do saber histórico (notadamente, nos livros didáticos e no ensino de história nas escolas, mas também na propaganda oficial e nos meios de comunicação), colaboraram profundamente para a constituição de uma consolidada cultura histórica local acerca daquele período.

Também, segundo esta perspectiva, analisamos dois livros didáticos, dos primeiros escritos sobre a história da Paraíba com essa finalidade. São eles: *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino* [1971, 1972 e 1974], de Carmem Coêlho de Miranda Freire e *Pequena História da Paraíba* [1975] de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro<sup>v</sup>. As suas autoras, além de serem professoras de História, também eram, tal como Maximiano Machado e Irineu Pinto, vinculadas, como sócias efetivas, a um Instituto Histórico, no caso de ambas, o Paraibano. As obras foram escritas, e este é outro importante laço que as une, na mesma década, os anos 1970, marcada pelas reformas educacionais do regime militar que se instalara

---

no Brasil em 1964 e que, entre outras medidas, definira um novo lugar para o ensino de História. Aliás, no dizer de Lapa (1981, p.9), teria ocorrido, neste período, a “desinstitucionalização” deste ensino, tema a que também retornaremos.

Compreendemos que entender esses processos de institucionalização, no nosso caso, o do saber histórico elaborado e disseminado através de autores vinculados aos Institutos Históricos, inclusive através de livros didáticos, é uma das tarefas da história cultural. Tal como Chartier entendemos que ela “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p.16-17). E, como estaremos dialogando com autores que tiveram vínculos com tais institutos, e neste capítulo em especial com autoras de livros didáticos, e tendo em vista que o norte das suas idéias e práticas veio do IHGB, fazer tais articulações é tarefa fundamental.

Cabe aqui, ainda, uma consideração acerca do lugar que o compêndio escolar, inclusive em sua versão mais moderna, o livro didático, ocupa na conformação e disseminação, ou melhor, na institucionalização, de uma determinada cultura histórica, o que justifica a opção que fazemos por tratar deste tema nesta dissertação.

O ensino de História e o manual didático ainda são indispensáveis em nossa sociedade para se atingir o objetivo da vulgarização do conhecimento histórico, em que pese o alcance cada vez mais significativo das *mass-media* e outros veículos neste setor. Ou, como afirma Gimeno Sacristán (*apud* MUNAKATA, 2007, p.138), os livros didáticos, como “instrumentos culturais de primeira ordem”, ao lado dos meios de comunicação de massa, constroem uma “base para a criação de um consenso cultural mínimo que assegure a vertebração social”, “a integração da comunidade”.

## **2. Os Livros Didáticos de História da Paraíba**

Todas as questões acima apontadas são importantes para entendermos um pouco do contexto histórico e historiográfico em que as autoras que selecionamos escreveram os seus livros didáticos de história da Paraíba. Da mesma forma, consideramos pertinente para um entendimento mais contextualizado das obras, e da forma como nelas é abordada a temática do “domínio holandês” no Brasil, apresentarmos, antes, alguns dados biográficos de suas autoras. Este exercício, que não se propõe a ser uma biografia completa das mesmas, até porque este não é o objetivo do nosso trabalho, procura evidenciar que, em que pesem as

---

óbvias diferenças que explicam as singularidades individuais, as autoras, que partilharam posições sociais, políticas e institucionais semelhantes, produziram obras que expressam claramente seu compromisso com a ordem estabelecida e com a historiografia oficial representada pela produção do IHGP.

Carmem Coêlho de Miranda Freire, D.Carmita como era conhecida por colegas e alunos, nasceu em João Pessoa, em 12 de janeiro de 1912, e faleceu a 2 de abril de 2003. Era filha de José Vieira Coêlho e Maria Emerentina Gouvêa Coêlho. Foi casada com o comerciante Lourival de Miranda Freire, também já falecido. Fez o curso primário e o secundário no Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, diplomando-se professora em novembro de 1931. Iniciou suas atividades no magistério, como professora do jardim de infância. Em 1933 foi designada para lecionar no Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, onde trabalhou durante sete anos, deixando-o para assumir a cadeira de História Geral no Liceu Paraibano, para onde foi nomeada em 1940. Nesse mesmo ano passou a integrar o quadro de professores do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e, em 1954, passou a ser professora catedrática de História do Brasil, no Liceu. Ali também foi fundadora do Curso Noturno, no qual ensinou durante dez anos como voluntária. Antes, em 1952, a convite do Inspetor Seccional do Ministério da Educação e Cultura da Paraíba, compôs a banca examinadora que selecionava professores candidatos à Faculdade de Filosofia de João Pessoa. Em 1962, após 28 anos consagrados ao magistério, aposentou-se<sup>vi</sup>.

De formação cristã, irmã do arcebispo de Olinda e Recife, D. Carlos Gouveia Coêlho, que também foi sócio-efetivo do IHGP, tendo como tio-bisavô o Padre Meira, a professora Carmem dedicou-se também a atividades sócio-religiosas. Foi uma das fundadoras e a primeira presidente do Núcleo Noelista da Paraíba<sup>vii</sup>, uma organização cultural e religiosa internacional. O Movimento Noelista, também conhecido como Noel, grupo leigo oriundo da Igreja Católica nasceu na França, em 1894, a partir de uma revista chamada *Le Noel*. O movimento tinha como objetivo fundar núcleos em várias cidades e em diferentes países. No Brasil, as noelistas de Recife, instaladas desde 1914, foram as pioneiras de todo o movimento de apostolado social. Realizavam ações como o catecismo nas escolas públicas, discutindo assuntos de formação moral e promovendo a páscoa dos militares e dos presos. O Noel chegou à Paraíba em agosto de 1931 e dedicava-se, fundamentalmente, à recristianização do meio feminino e realização de campanhas assistencialistas. As noelistas faziam parte da elite social, católica e urbana, que tinha acesso a bons livros e a uma educação formal, o que as distinguiu da maioria das mulheres da época. Essa distinção

deixava de fora do movimento, como não poderia deixar de ser, as mulheres das camadas sociais economicamente desfavorecidas, como as operárias das fábricas, as empregadas do comércio, as donas de casa pobres, dentre outras.

A boa formação escolar era, aliás, requisito de inclusão no movimento, além de penetração no mundo social e nos círculos femininos da alta sociedade. A grande maioria delas era composta por professoras da Escola Normal, formadoras de opinião ou apenas religiosas que se dedicavam aos assuntos da Igreja (COSTA, 2007, p.14). Carmem Coêlho, portanto, cumpria todos esses requisitos e, até por suas vinculações familiares, tornou-se uma ativa militante do cristianismo católico da época. Além da atuação no Movimento Noelista, também colaborou com a fundação da Instituição das Domésticas de Santa Zita e da Casa de Santa Zita, voltadas para a aprendizagem profissional de formação cristã, visando à promoção social da empregada doméstica. Seu vínculo com a militância do cristianismo católico é evidenciado ainda pelo fato de ter participado, em 1934, do Congresso Eucarístico Internacional, na Argentina. Recebeu, como reconhecimento pelos trabalhos sociais que desenvolveu ao longo de sua vida, o título de Cidadã Pessoaense Benemérita, em 4 de maio de 1984.

Dentre suas atividades intelectuais, Carmem Coêlho foi também sócia fundadora do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica<sup>viii</sup>, tendo realizado várias viagens à Europa com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos de História e Genealogia. Em 1984, recebeu a Comenda do Mérito Cultural “José Maria dos Santos”, outorgada pelo IHGP.

Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 17 de agosto de 1976, apresentando o trabalho sobre a vida e a obra de Leonardo Antunes de Meira Henriques, o Padre Meira, e ocupando a cadeira que fora de seu irmão, o Arcebispo D.Carlos Coêlho. Foi recepcionada pelo historiador Lauro Pires Xavier. A proposta de sua inclusão nos quadros do IHGP teve o parecer favorável do professor Afonso Pereira, seu colega do Lyceu, que sobre ela escreveu:

A História tem sido a sua vida, e quem aluno ou colega seu não lhe gravou as lições, de rígido processo de comunicação didática, dominadora (não se ofendam os deuses!), dos assuntos da Província, nas lides de fronteiras ou nos choques das influências dos donos da riqueza e do poder<sup>ix</sup>.

Suas primeiras publicações, realizadas entre 1933 e 1937, foram reportagens do Núcleo Noelista no jornal *A Imprensa*, do qual seu irmão Carlos Coêlho era editor-

responsável à época. Publicou, entre outras, as seguintes obras: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coêlho* [1971], que lhe valeu críticas muito positivas por parte dos intelectuais da terra<sup>x</sup>; *A Mansão da Praça Bela Vista* [1972]; *Diná* [1975]; *Cifrado 110* (peça teatral) [1979]; *Notas Históricas sobre a Cidade de Santa Rita* [1977]; *As Ruas onde Morei: 1918-1950* [1978] e *História da Paraíba para uso didático* (dois volumes reunidos num só) [1978], que analisaremos a seguir no que se refere ao tratamento que a autora dá ao tema das “invasões holandesas” no Brasil.

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro<sup>xi</sup>, ou Dra. Vilma, como gostava de ser chamada, nasceu no Ceará, educou-se em São Paulo e morreu em João Pessoa, vítima de um aneurisma cerebral, no ano de 1979, depois de ter vivido na cidade por mais de vinte anos. Na Paraíba casou-se com Nélio Monteiro, com quem teve quatro filhos. Fez seu curso superior no Instituto Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde obteve os títulos de Bacharel e Licenciada em História e Geografia, na década de 1950. Em sua documentação no arquivo do IHGP consta a informação, na proposta de admissão de sócia-efetiva, assinada por Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega, Deusdedit de Vasconcelos Leitão, Olivina Olívia Carneiro da Cunha e José Leal Ramos, de que era doutora em Ciências Históricas, por defesa da tese “Importância da Arqueologia em Ciências Históricas”. No entanto, na mesma pasta, há um outro documento, na verdade, anotações manuscritas, que informa que este foi o título do trabalho pelo qual se tornou especialista. Não nos foi possível esclarecer a dúvida. O certo é que, em meados da década de 1950, como nos informa Mariz, ela se estabeleceu na Paraíba:

Cearense de nascimento, por transferência dos seus educou-se em São Paulo, onde fez na Pontifícia Universidade Católica os cursos simples e de extensão que lhe deram primazia em História (...). Perdera seu pai, precisava de trabalho e da independência. Então, indicada por um mestre paulista a José Américo, veio ensinar em nossa universidade (1970, p.170-172).

Entre os anos de 1955-1975 foi docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPB, lecionando História Antiga e História Medieval no curso de Licenciatura em História. Também foi a primeira professora de História da Paraíba daquela instituição. Sua carreira na UFPB foi marcada, ainda, pelo lugar que ocupou na gestão de Guillardo Martins Alves, que foi, em 1964, após o golpe militar, nomeado interventor da instituição. Ainda naquele ano, como já vimos, Guillardo Alves foi eleito reitor pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e, em 1967, foi reconduzido ao cargo que ocupou até julho de 1971. “Refletindo

o processo político mais amplo, esses sete anos de Reitorado foram marcados por perseguições e triagens ideológicas” (CITTADINO, 1993, p.14) que acabaram resultando, entre outras medidas, na decisão de, em janeiro de 1969, cerca de quarenta dias após a decretação do AI-5 (13/12/1968) que “fechara” o regime, exonerar o então “Coordenador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Prof. Paulo Reis, designando para o seu lugar a Profa. Vilma Cardoso Monteiro” (1993, p.15). O ato foi imediatamente comunicado, através de ofício emitido pelo Serviço de Segurança e Informação da Reitoria da UFPB, datado de 1/2/1969, assinado pelo reitor, ao General Vinitius Notare, comandante da Guarnição Federal, em nome da fidelidade “aos ideais e à continuidade do processo revolucionário”<sup>xii</sup>.

Participando da 2ª. Sessão Ordinária do CONSUNI, realizada no dia 13/3/1969, do qual se tornara membro devido ao cargo que passara a ocupar na administração universitária, Vilma Monteiro foi um dos conselheiros que aprovaram, por unanimidade, e em consonância com o Decreto-Lei 477, de 27/2/1969, a punição a diversos alunos e ex-alunos da UFPB. “As punições variavam do impedimento da matrícula por um ou dois anos à impossibilidade definitiva de matrícula nas diversas unidades da UFPB” (CITTADINO, 1993, p.19)<sup>xiii</sup>. É importante destacar que esse alinhamento de Vilma Monteiro com o regime militar no interior da UFPB é considerado por aqueles que conviveram com ela como um dos aspectos mais marcantes de sua biografia.

Cerca de pouco mais de um ano antes de assumir o cargo de interventora do IFCH, exatamente a 6 de outubro de 1967, tendo por patrono Francisco Lima, Vilma Monteiro fora empossada como sócia-efetiva do IHGP, ocupando a cadeira número 30. Em sua posse foi saudada por seu colega de departamento na UFPB, José Pedro Nicodemos. Nesta ocasião a nova sócia apresentou um discurso (RIHGP, 16, 1968, p.80-96) em que faz referências ao fato de ter estudado e exercido o magistério em vários lugares do país, entre o Piauí e o Rio Grande do Sul. O discurso foi intitulado “Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina”, tema que já investigava desde 1964 e que resultaria na redação da obra *História da Fortaleza de Santa Catarina*, publicada em 1972, que pode ser considerada a sua principal contribuição à historiografia paraibana<sup>xiv</sup>. A historiadora foi também responsável pelo levantamento de informações sobre a fortaleza que embasou o projeto de sua restauração, fato que só viria a ocorrer nos anos 1980, encaminhado ao ministro Aurélio de Lyra Tavares, pelo Exército brasileiro na segunda metade da década de 1960.

### **3- O “domínio holandês” nos livros didáticos de história da Paraíba**

Como já foi dito anteriormente, ainda no século XIX foram elaborados, no Brasil, os primeiros compêndios escolares<sup>xv</sup> para o ensino de história, por iniciativa do IHGB, interessado na disseminação de uma visão ancorada no apego ao sentimento nacional e à história pátria. Segundo José Veríssimo, escrevendo entre o final do século XIX e o início do século XX, o país necessitava da publicação de compêndios de melhor qualidade porque os existentes eram “despidos de qualquer merecimento didático. São pesados, indigestos e mal escritos, além de não tratarem da Pátria” (*apud* PINHEIRO, 2002, p.114). Já no período republicano e seguindo os ideais do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (que, de certa forma, eram semelhantes aos do IHGB, mas traduzidos para a dimensão local), houve toda uma discussão sobre a instrução pública no estado da Paraíba<sup>xvi</sup>. De acordo com Pinheiro, em seu governo (1912-1915), o presidente:

Castro Pinto adquiriu livros escolares e distribui-os gratuitamente nas escolas públicas. Ao mesmo tempo, encarregou “o provector e talentoso Dr. Manoel Tavares Cavalcanti de confeccionar o Epítome da História da Parahyba destinada à instrução primária” (2002, p.118).

Esta foi a primeira obra didática produzida por autor ligado à Paraíba, publicada em 1914 e adotada nas escolas primárias da rede pública, contendo 110 páginas sem ilustrações, e 41 capítulos ao todo. Nesta, por sua vez, apresenta-se toda a estrutura para o estudo da história paraibana, das origens até o governo de Castro Pinto.

Anos mais tarde, ainda sob a ótica de exaltação aos vultos mais importantes da Pátria, em 1922, um outro livro produzido por autora paraibana, Eudésia Vieira, *Pontos de História do Brasil* foi publicado, e com destino ao ensino primário público, adotado na Paraíba. Também de acordo com Pinheiro:

Sua obra, *Pontos de História do Brasil* pode ser considerada um marco na história do livro didático na Paraíba, por apresentar características do que hoje denominamos “livro didático” e por fugir dos padrões dos compêndios clássicos (2002, p.167).

É um livro de 176 páginas que abrange o período do descobrimento da América até a revolução de 1930. Diferente da *Epítome*, este tinha o propósito de apresentar a História da Paraíba associada à do Brasil. Tais obras faziam parte do esforço que os governos local e nacional ainda faziam, no início do século XX no sentido de, através da educação, fortalecer o sentimento de nacionalidade entre as crianças brasileiras. Além dos compêndios escolares, “as



---

aulas de história e geografia constituíram-se (...) em espaços privilegiados para a difusão de idéias que pudessem contribuir para a construção do “Estado-nação” (2002, p.168)<sup>xvii</sup>.

É importante citar estes dois livros porque eles são os primeiros antecessores da produção da década de 1970.

Carmem Coelho de Miranda Freire publicou sua *História da Paraíba* em 1974, livro de síntese histórica escrito, como já dissemos, em plena efervescência do regime militar. Para nossa análise usamos sua quarta edição, de 1982, que já contém um prefácio que havia sido escrito por José Leal<sup>xviii</sup>, em 1976. Nele chama a atenção exatamente para a falta, até então, de compêndios especializados e organizados “sob critérios de pureza da linguagem e exata interpretação dos fatos decorridos no decurso que medeiam entre a colonização da então capitania Real da Paraíba e os dias correntes” (p.7). Aqui fica claro que o autor considera a obra de Carmem Coelho<sup>xix</sup> uma grande preciosidade que segue os padrões da escola metódica, da história factual, da idéia de conhecimento verdadeiro. Ainda diz que a autora “investiga e expõe os acontecimentos sob os melhores critérios da moderna didática” (p.7).

O prefácio de José Leal ainda enaltece a estirpe da família da autora, dando ênfase ao fato de que foram “professores eméritos, destacando a sua genitora a professora Emerentina de Gouveia Coelho”. Sobre a importância e o objetivo do livro diz:

Presta serviço benemérito à mocidade sequiosa dos conhecimentos de cronologia de sua terra, e assim recebe um livro que constitui um primor de composição, uma vez que, nutrido o sentimento de verdade, seus capítulos curtos e sintéticos representam, em última análise, a condensação de conhecimentos de um passado de que todos – todos os paraibanos devemos mais nos envaidecer, nos orgulhar mesmo... o volume desta obra sem equivalente na bibliografia conterrânea surge no momento exato em que a classe estudantil busca afanosamente nas livrarias o compêndio destinado a ajudá-lo na preparação de tarefas dos cursos, com a circunstância de ter sido elaborada por um mestre de largo tirocínio na cátedra do velho Liceu Paraibano, que tem sido, através do século, a forja onde tem plantado os melhores espíritos da nossa elite intelectual (p.8).

O autor não se acanha em tecer vários elogios ao trabalho de dona Carmita, como a ela se refere, enumerando sempre a veracidade das informações que, segundo ele, a obra contempla, bem como a clareza do seu texto.

“Duas Palavras” é o título da apresentação que a autora faz de si, e da sua obra, ao leitor. Inicia fazendo um elogio ao conhecimento humano, ressaltando que só o homem “possui consciência de objetivos e, em virtude deles, age, atua” (p.9). Destaca o papel do historiador que, segundo a mesma, tem a missão de “decifrar no tempo os signos acumulados por gerações inteiras e que, uma vez descobertos servirão não só para justificar os rumos tomados



por uma determinada nação” (p.9). Declara não pretender apresentar um texto completo de história da Paraíba, mas esperar que muitas de suas explicações possam contribuir para o conhecimento histórico. Assim diz:

Sem ter, de modo algum, a pretensão de oferecer um diagnóstico completo da “História da Paraíba”, seguem aí alguns “signos decifrados” da nossa história, signos já de caráter dogmático.

Desse modo, procurando, na medida do possível, dar um caráter didático às explicações do período em questão, ofereço o presente volume a todos aqueles que se interessam ou desejam iniciar as suas pesquisas num dos principais trechos da história da nação brasileira – “História da Paraíba” (p. 9).

Para Sousa, com o qual concordamos, tanto no prefácio, como na apresentação pessoal da autora, a concepção que se evidencia e que se percebe é marcada por “uma história oficial, como a construção da história pátria e a idéia de verdade em história, a partir da preocupação com a exata interpretação dos fatos” (2008, p.41).

Entre as várias fontes consultadas pela autora é importante destacar que estão as obras de Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto. Apenas o livro do Frei Vicente Salvador *História do Brasil* (1624), dentre as que consultou, não foi produzido por autor vinculado ao IHGB ou ao IHGP. Na sua maioria, as referências são quase todas de autores pertencentes à agremiação paraibana<sup>xx</sup>, exceto a obra de Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, que pertenceu ao instituto pernambucano.

Os capítulos da obra estão assim organizados: os aspectos que antecederam à colonização portuguesa, o meio físico e geográfico, apontando por regiões e pelos limites; as vilas, dando destaque às de Pilar, Sousa, Campina Grande, São João do Cariri, Pombal e Areia; a administração, marcada pelas ações dos primeiros capitães-mores ou governadores, enfatizando nomes como João Tavares, Frutuoso Barbosa, André de Albuquerque Maranhão e Feliciano Coelho de Carvalho<sup>xxi</sup>, as ordens religiosas dos jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas; os índios e sua divisão em Tabajara e Potiguara, além dos Tapuias, Cariris e etc; o período holandês, nosso foco de análise, que destacaremos com mais detalhe abaixo. Retrata, ainda, a conquista para o interior, com a ação dos bandeirantes, e faz uma descrição das mudanças que ocorreram na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa) desde sua fundação em 1585; aborda, ainda, aspectos econômicos apresentando dados relativos à produção do pau-brasil, do açúcar, algodão, gado e do tráfico de escravos. Quanto aos aspectos sociais da capitania entre os séculos XVII e XVIII, analisa o papel do catolicismo e das Igrejas e as “classes sociais” existentes, que ela identifica como sendo: “a

senhorial, do campo, cuja riqueza se apoiava na terra, a classe clerical, a nobreza intitulada, a senhorial urbana, a dos trabalhadores livres e os escravos”. (FREIRE, 1982, p. 70). Ingressa na apresentação do século XIX, perpassando todo o Império, mas dando destaque especial à Revolução de 1817 na Paraíba, sustentando-se, para isso, diretamente na obra de Irineu Pinto que dedicou quase cem páginas para esta questão. Em ambas as obras, separadas por cerca de sessenta anos se considerarmos as datas de suas publicações, ressalta-se os feitos heróicos e republicanos dos paraibanos que participaram da revolta, mas, sem dúvida alguma, o foco da atenção é todo voltado para a figura de José Peregrino de Carvalho. Irineu Pinto traz uma série de documentos que retratam a carreira militar de Peregrino, mostrando, inclusive, as diversas possibilidades que ele teve de estudar fora da Paraíba e do Brasil (PINTO, 1977, p.247). A seguir, Carmem Coelho levanta, também, questões sobre a República na Paraíba, a Revolução de 30, a Segunda República, quando finaliza, renunciando ao enfoque cronológico adotado até então, para tratar de alguns temas mais específicos como as questões sobre a instrução, professores, escolas, artes, letras, folclore, turismo, jornais, dentre outros.

Possui uma parte bem interessante que é o apêndice, onde apresenta tabelas com os nomes dos presidentes do Tribunal de Justiça da Paraíba, num total de 23 entre 1930 e 1978; além de relações de prefeitos, vereadores e juntas governativas, destacando um total de noventa e três, governadores e interventores. Apresenta também uma relação dos municípios que existiam, à época, no estado.

O cerne desta parte, no entanto, está no texto em que tece críticas à obra *Revolta e Revolução - 50 Anos Depois*, de autoria do ex-deputado José Joffily. Nela, o autor fazia referências a ela como tendo participado de movimentos de rua a favor do presidente João Pessoa, a exemplo de passeatas, bem como que sua genitora, a professora Maria Emerentina, teria conduzido e/ou influenciado suas alunas e outras colegas de profissão, a recitar quadrinhas de cunho liberal em ambientes públicos. Indignada com o que considera uma visão parcial à qual falta verdade, Carmem Coelho afirma que tais “acusações” derivam da antipatia que o autor nutria em relação ao presidente João Pessoa. A mesma, que fora liberal e aliada do presidente, trata de elaborar sua defesa para as tais acusações de José Joffily, por quem demonstra inegável aversão. Para tanto, busca e apresenta depoimentos de pessoas que viveram na época, como o Sr. José Bethamio Ferreira e a Sra. Georgina Sobreira que confirmam a não participação da mesma, bem como de sua mãe, nos episódios narrados por José Joffily.

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro teve seu livro, *Pequena História da Paraíba*, publicado em 1975, exatos setenta anos após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A edição se inicia com a apresentação de uma série de trabalhos publicados pela autora totalizando onze produções. A edição é apresentada ao leitor, em três páginas, com o título “Como se fosse um prefácio”, escrito por Iveraldo Lucena da Costa. O mesmo afirma que não pretende elaborar um prefácio, prefere utilizar o termo depoimento, devido à forte vinculação que teve com a autora, pois fora seu orientando na Universidade Federal da Paraíba e um grande admirador de suas atitudes e de sua personalidade. Dá um grande destaque aos estudos que a mesma realizou sobre a história da Paraíba, em especial, ao trabalho dedicado à Fortaleza de Santa Catarina. Assim diz: “tudo o que fosse relacionado com a Paraíba era de seu interesse; pesquisou e estudou aspectos de nossa história dos primeiros tempos e ajudou a fazer a contemporânea” (p.11). Ainda nos dá uma informação muito importante, a de que Vilma Monteiro falecera quando escrevia essa obra, a *Pequena História*, que ela acreditava que se transformaria em um manual de referência para os estudos da Paraíba, mas que não chegou a ver acabado. Lucena fala dos detalhes que compartilhou com a autora, aborda as emoções da mesma e seu entusiasmo com a escrita do livro: “conhecíamos em detalhes, a motivação e o plano da obra... [Vilma] tomou a si, sem encomenda, a tarefa de escrever um livro em linguagem simples, objetiva e o mais completo possível” (p.11).

De acordo com Lucena, embora o livro não tivesse sido concluído, isso não era um impedimento para a leitura e compreensão do mesmo, nem para o reconhecimento da sua contribuição para a história da Paraíba, pois a sua qualidade era inegável. Para ele, um dos pontos fortes da obra era justamente o seu didatismo: “além do valor intrínseco da informação histórica, a forma didática de sua elaboração concede-lhe especial interesse e importância” (p.12).

Uma questão importante para a qual chama a atenção é o fato do livro não possuir gravuras, gráficos, apêndices, justamente porque ela não conseguira concluir o trabalho, mas destaca que a seleção desses materiais estava em andamento. No entanto, após a sua morte, os resultados desse esforço não haviam sido localizados nos arquivos da autora.

Este “Como se fosse um prefácio” é, na verdade, um inventário do carinho e amizade que Iveraldo Lucena da Costa tinha pela autora: “gostaria de não ter sido preciso escrever esse quase prefácio nas circunstâncias em que faço, porém isso me dá a oportunidade de manifestar o meu reconhecimento pessoal” (p.13).

Em maio de 1979, José Américo de Almeida fez uma apresentação pessoal da obra, que é outra parte interessante da mesma. Sobre Vilma, afirma que: “exercia todos os cargos que lhe foram confiados com firmeza e eficiência” (p.15). O mesmo se julga também grande admirador da autora e da forma como ela conduzia seus trabalhos. Diz que, enquanto governador da Paraíba (1951-1956), teve a oportunidade de trazer importantes nomes para a escala educacional: “entre esses elementos figurou a professora Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, cearense que exercia sua profissão em São Paulo, e que se afirmou na Paraíba” (p.15). E sobre a importância desta obra como livro didático diz: “é sua experiência dessa matéria que professou na nossa Universidade. Se não tem maior fôlego, vale pelo didático como um livro feito para estudantes” (p.16-17).

Na sua apresentação, a autora aponta que seu esforço pela elaboração de um trabalho didático, a que ela chama de “emergencial” devido à carência deste tipo de materiais na Paraíba, foi bastante grande e que, como se tratava de uma obra desta natureza, procurou não se alongar em notas relativas as fontes (p.21). Sua compreensão acerca de como se deveria, e com quais objetivos, produzir uma obra desta natureza está expressa claramente nesta passagem que se segue:

Entendo que a verdadeira Ciência Histórica deva procurar o máximo de objetividade; assim, a História da Paraíba não deve ser estudada com desvinculação da História do Brasil. Se ainda não tem todas as suas incógnitas decifradas, sendo a elucidação de seus elementos um permanente motivo de pesquisa, deve também objetivar dois pontos: corrigir erros e colocar-se no contexto da História nacional, no lugar certo. Sem exageros ou fantasia, mas também procurando eliminar a profunda omissão que vem sofrendo (p.22).

A sua compreensão do que fosse a história “verdadeira”, pautada pela “objetividade”, fica bastante explícita na forma como seleciona e aborda os conteúdos tratados no livro: a causalidade linear, a preocupação com a cronologia, a seleção de eventos em que sobressaem as ações das elites (econômicas e políticas), a reprodução de um panteão de heróis que já fora estabelecido nas primeiras histórias da Paraíba (a de Maximiano Machado e a de Irineu Pinto, além da de Irineu Joffily, *Notas sobre a Parahyba*). Por outro lado, assim como Machado constantemente alertará em seu livro escrito no final do século XIX, e sobre o qual trataremos no último capítulo deste trabalho, Vilma Monteiro continua a chamar a atenção para a necessidade de se considerar que a História da Paraíba também é importante para se entender a História do Brasil. Ou seja, que a história da Paraíba deveria se impor e ter seu lugar de relevo na historiografia nacional.

#### **4- Considerações Finais**

Ao fim e ao cabo, as duas autoras têm muita coisa em comum, como a utilização das fontes de Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto, além de mapearem e escreverem livros que buscavam se firmar como guias didáticos para serem seguidos e também por exaltarem a idéia de que haviam produzido a história “verdadeira” da Paraíba. Também têm em comum, como já afirmamos, o fato de terem sido contemporâneas, vivendo e escrevendo na época da ditadura, como sócias do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. De fato, cada uma, mesmo com tanto em comum, também teve suas peculiaridades. Por exemplo, Vilma Monteiro, professora universitária, com formação específica em História, aprofunda mais os seus textos, explicita as fontes, preocupa-se com a cronologia, procura construir instrumentos didáticos como os “resumos” que antecedem e concluem cada capítulo.

Trata-se de obras importantes da historiografia didática da década de 1970 na Paraíba, até porque foram as únicas a serem escritas à época. Ou seja, o lugar social a que foram vinculadas diz muito sobre a maneira como escreveram seus livros, já que foram sócias do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além disso, a história de vida de ambas, o clima da época em que produziram, a década de 1970 sobre a qual já tecemos detalhes, marcada pela censura e pelo autoritarismo, se expressam claramente em suas obras.

Conhecendo um pouco da trajetória destas autoras, procuraremos, mais adiante, responder quem são esses autores que as influenciaram, buscaremos perceber e detalhar como escreveram e quais são as discussões mais importantes em seus textos. Que vinculações tiveram ao escrever suas obras? Porque Maximiano Machado e Irineu Pinto podem ser considerados os elaboradores das idéias-força da historiografia paraibana sobre o período holandês?

---

<sup>i</sup> Graduado em História pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Especialista em Psicopedagogia pela IESPA Faculdades. Mestre em História pelo PPGH/UFPB, na área de Cultura Histórica e na linha de ensino de História e saberes históricos.

<sup>ii</sup> Na época em que nossos autores escreveram ainda não havia a profissionalização universitária de historiadores. Os primeiros cursos superiores de História, no Brasil, foram instalados nas faculdades de Filosofia e datam de

- 1934 e de 1939, respectivamente na Universidade de São Paulo/USP (Decreto n.14343) e na Universidade do Brasil que é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. O seu curso de História instalado na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, foi o segundo a ser criado no país. Sobre este assunto, consultar: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 1930/1970. Petrópolis: Vozes, 1978, p.132. As informações sobre a UFRJ foram extraídas do sítio eletrônico da instituição: [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br). Acesso em 31 de maio. 2009.
- iii Nos últimos anos, em especial a partir do final da década de 1990, tem ocorrido uma renovação bastante significativa dos estudos sobre a história da Paraíba, com destaque para aqueles que se orientam em direção aos períodos colonial e imperial. Isso se deve, em grande parte, ao impacto gerado pelo acesso à documentação sobre a Capitania da Paraíba do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal que foi possibilitada pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco. Sobre o projeto, consultar a Apresentação de autoria da historiadora Rosa Godoy Silveira do *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa* organizado por Oliveira, Menezes e Lima (João Pessoa: Editora da UFPB, 2002). Sobre as possibilidades de renovação da pesquisa que este material indica acerca do período colonial especificamente, ver: GONÇALVES, Regina Célia. *A Paraíba no Período Colonial*. In: *A Paraíba nos 500 Anos do Brasil*. João Pessoa: IHGP, 2000 p.11-30.
- iv Tal ocupação não foi holandesa, mas sim da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, criada em 1621, nos Estados Gerais das Províncias Unidas, com o objetivo de tomar o atual nordeste brasileiro (que correspondia ao espaço ocupado pelas então chamadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil), em virtude dos interesses da exploração açucareira. Essa ocupação ocorreu no momento em que se processara a União Ibérica, quando os reinos de Portugal e de Espanha se encontravam unificados pela dinastia de Habsburgo, situação que se estendeu de 1580 a 1640. O que hoje conhecemos por Holanda, à época, fazia parte das Províncias Unidas do Norte, que estavam separadas das Províncias Unidas do Sul, aliadas da Espanha. Sobre o assunto, consultar: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e Cultura do Norte do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- v Utilizamos, em nossa análise, as seguintes edições: FREIRE, Carmem Coêlho de Miranda. *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino*. 4ed. João Pessoa: Gráfica Universal, 1982; MONTEIRO, Vilma. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1975. O livro de Carmem Freire foi editado da seguinte forma: em 1971, a primeira parte, correspondente ao período colonial e ao Brasil Reino; em 1972, a segunda parte, correspondente ao Período Republicano e edição completa em 1974. O de Vilma Monteiro, publicado imediatamente após a morte da autora, foi reeditado em 1980 também pela Editora Universitária da UFPB.
- vi Tais informações estão disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso: 10 de jan. 2009.
- vii Sobre este tema, consultar a dissertação defendida, em 2007, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, de autoria de Simone da Silva Costa intitulada de *Mulheres em Defesa da Ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba (1930-1945)*. A autora trata, com riqueza de detalhes e análise acurada, a formação e a atuação do Núcleo Noelista da Paraíba, sua relação com a Igreja, assim como sua contribuição para a demarcação do que seria o perfil ideal da “mulher paraibana” nas décadas de 1930 e 1940. Discute, ainda, a participação política do Núcleo tanto no cenário da ditadura do Estado Novo quanto no do processo de redemocratização que se seguiu.
- viii Fundado em 19 de novembro de 1967 e, desde então, funcionando nas dependências do IHGP, com um quadro de sócios efetivos e outro de correspondentes. Tem por lema a divisa *Fontes Colamus Nostros* (Cultivemos nossas Origens). Entre os trinta e seis intelectuais que assinaram sua ata de fundação encontra-se, além de Carmem Coêlho, também Vilma dos S. C. Monteiro. Informações extraídas de: RAMOS, Aduauto. Síntese Histórica do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. In: *Revista do IPGH*. Ano I, n.1. João Pessoa: 1991 (p.7-12).
- ix O parecer do relator Afonso Pereira da Silva, datado de 22 de novembro de 1975, consta da documentação do processo eleitoral de Carmem Coelho para o IHGP. Consultar: IHGP:A7G1P41-DS/SE(C). Arquivo do IHGP.
- x Consultar a pasta da autora no Arquivo do IHGP, mencionada acima.
- xi Foi bastante difícil levantar os dados biográficos da autora. Consultamos, sem muito sucesso, os seguintes acervos: IHGP, Biblioteca Central da UFPB e o arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB. Na sua pasta no arquivo do IHGP [Consultar: IHGP:A7G2P54-DS/SE(V/2)] não há *curriculum vitae* ou qualquer outro tipo de documentação pessoal, mas apenas os documentos relativos à sua indicação e posse como membro do Instituto e alguns apontamentos manuscritos que nos indicaram os poucos dados que



mencionamos. A pesquisa bibliográfica também não revelou informações significativas. O artigo intitulado “A Doutora Vilma”, de autoria de Celso Mariz, escrito por ocasião da sua morte e publicado na RIHGP, n.22, de 1970 embora não aponte praticamente nada da sua biografia, refere-se ao fato de que o livro didático *Pequena História da Paraíba*, que analisaremos a seguir, foi uma obra incompleta, que teve a redação interrompida pela morte da autora. Algumas outras informações foram obtidas junto a ex-colegas e a ex-alunos, mas não foram usadas neste trabalho por não termos obtido autorização dos informantes.

<sup>xii</sup> O referido ofício encontra-se reproduzido, como anexo 1, na obra de Cittadino (1993).

<sup>xiii</sup> O processo que deu origem e concluiu a punição também se encontra reproduzido na obra de Cittadino (1993) como seu anexo 2.

<sup>xiv</sup> Sua produção intelectual girou, em grande parte, e após o golpe de 1964, em torno da história militar e particularmente da Fortaleza de Cabedelo, sobre o qual publicou, além dos trabalhos já mencionados, o artigo “A Fortaleza de Santa Catarina em Quatro Séculos”. In: *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB 1964. Sobre o mesmo assunto há registros, ainda, de ter realizado as seguintes conferências: Fortaleza de Santa Catarina, monumento militar de importância (1967), A Fortaleza de Santa Catarina na Defesa do Brasil Colonial (1970) e Sistema de Defesa no Brasil Colonial (1970) [Fonte: documentação do arquivo do IHGP]. Outras obras publicadas: “Notas sobre a Arqueologia”. In: *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1955; Profetas e Messias na América do Sul. *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1956; Ensaio sobre a Cultura Creto-Micênica. *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1958; 1º. Centenário da 1ª. Batalha de Tuiuti. In: *Revista Symposium*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1967; Caxias, o Homem e a Liderança. In: *Revista de Assuntos Militares e Estudos Brasileiros do Ministério da Guerra*. n.641 (s/local, ano); Dois Documentos Holandeses Inverídicos. In: *Revista Campus*. n.4, UFPB, 1973; Conceito de Cultura. In: *Paraíba Cultural IV e V*. João Pessoa: SEC-PB, 1973 e Os Índios Cariri e a Formação do Sertanejo Paraibano. In: *RIHGP*. n.30, 1974.

<sup>xv</sup> De acordo com Moraes, a partir da década de 1920, o termo livro didático passou a ser mais utilizado que o de compêndio, principalmente nos textos comerciais (2007, p.264).

<sup>xvi</sup> No livro, essencial para a nossa análise, fruto de sua tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação/Unicamp, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, professor da Universidade Federal da Paraíba, discute a organização e o funcionamento da instrução pública na Paraíba, no período de 1849 a 1949, abordando aspectos como os conteúdos ensinados nas escolas locais no período imperial, o tipo de compêndios que eram utilizados, a questão da relação entre o ensino de história e as tentativas de se promover o sentimento nacional entre os paraibanos, dentre outros aspectos. Para obter maiores detalhes, consultar: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. Para uma discussão específica acerca das relações entre escola e o universo do trabalho na Paraíba nesta época, ver: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Educação e Trabalho na Paraíba: a Escola de Aprendizes e Artífices. In: *Saeculum*. Revista de História. n.3. João Pessoa: DH/UFPB, Jan/Dez 1997 (p.69-79) e a dissertação de Mestrado em História de Guaraciane Mendonça de Lima. *O Colégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte*. 2008. Universidade Federal da Paraíba.

<sup>xvii</sup> Para uma discussão mais cuidadosa sobre a história como disciplina escolar, em especial no século XIX, consultar o artigo de Marcelo de Souza Magalhães, “História e Cidadania. Por que ensinar história hoje?” (in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História*. Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.168-184).

<sup>xviii</sup> Tal autor foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ingressando em 10 de março de 1946. Nasceu na fazenda Ponta da Serra, São João do Cariri, no dia 16 de julho de 1891. Era filho de Antônio Claudino Leal e Inácia Ramos Leal; em 1920 casou-se com Ester Romero Leal, nascendo desse casamento os filhos: Homero, Péricles, Maria das Dores, Maria da Penha, Achiles e Milcíades. José Leal faleceu em João Pessoa no dia 25 de outubro de 1976. São de sua autoria: *A Imprensa na Paraíba*, 1941; *Este Pedaco do Nordeste*, 1943; *O Primeiro Decênio da API: como surgiu e tem se desenvolvido essa entidade*, 1943; *Itinerário da História, da Colonização da Paraíba aos nossos dias*, 1945; *Reencontro da Vila*, 1961; *Itinerário da História: Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965*, 1965; *Família Costa Ramos*, 1968; *Acidentes Geográficos da Paraíba*, 1970; *Assim eram as coisas...*, 1970; *Vale da Travessia*, 1971; *Dicionário Bibliográfico Paraibano*, 1980. Deixou inédito: *Índice corográfico e administrativo da Paraíba; Ronda da Província; Noções de Corografia e História; Imagens Desfeitas*. Para maiores detalhes, consultar o sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Acesso: 20 de jul. 2009.

<sup>xix</sup> Embora seus contemporâneos a chamassem, como já dissemos antes, D.Carmita, como autora do livro didático ficou conhecida como Carmem Coelho, e a sua obra como “a história da Paraíba de Carmem Coelho”.



<sup>xx</sup> Consultou as seguintes obras dos autores do IHGP: TAVARES, João Lira. *A Parahyba*. v.11. Paraíba: Imprensa Oficial, 1910; MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1912; MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 2ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912; CAVALCANTI, Manuel Tavares. *Epítome de história da Paraíba*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1914; MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa: 1939; LEAL, José. *Itinerário da História, Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965*. João Pessoa: Gráfica Comercial, 1965; JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1982 e ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba*. Tomo I, parte primeira. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1996.

<sup>xxi</sup> Estes nomes já estão presentes tanto no livro do Maximiano Lopes Machado, a *História da Província da Paraíba*, do capítulo primeiro ao quinto, onde discute a conquista e colonização da Paraíba, bem como no primeiro capítulo das *Datas e Notas para a História da Paraíba* de Irineu Pinto, que cobre todo o século XVI, também referente ao contato e à colonização. Para uma melhor compreensão de passagens onde os autores discutem a participação desses personagens, consultar as duas obras nos capítulos apontados.

## 5. Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especificidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab Origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida, 1996.

FLORES, Élio Chaves. Dos feitos, a história: dos ditos, a cultura histórica. *Revista Saeculum* 16. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino*. 4ed. João Pessoa: Gráfica Universal, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. v. I e II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

MONTEIRO, Vilma Cardoso. *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1975.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. 2v. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

---

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.